

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1592 | 14 A 19 DE OUTUBRO DE 2019



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

LUCRO DE R\$ 109 BILHÕES EM 12 MESES CONTRASTA COM REALIDADE NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS



Convite



Circuito do Bem Estar Outubro Rosa

O Sindicato realiza, em parceria com a Unimed Fortaleza, o **Circuito do Bem Estar**, dia 26/10 (sábado), como parte da programação do Outubro Rosa. A partir das 8h, na sede do Sindicato (Rua 24 de Maio, 1289 - Centro).

Ame-se. Cuide-se. Previna-se!

É PRECISO PENSAR A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Do dia 6 até o dia 10/10, foi realizado o 13º Congresso Nacional da CUT, em Praia Grande (SP). Os mais de 2.000 sindicalistas de diversas regiões do país levaram ao evento os desafios e as perspectivas de luta pelos direitos dos trabalhadores que representam.

Como na época de sua fundação, a classe trabalhadora, a CUT e o movimento sindical vivem uma série de ataques, tanto institucionais e trabalhistas quanto sociais e econômicos. E como se não bastasse, precisam pensar a organização dos trabalhadores na diversidade regional, nas demandas de cada categoria, nas transformações do mundo do trabalho, nas mudanças da legislação que precarizaram as condições de trabalho, além da realidade política de cada local.

O principal debate de todo o movimento sindical brasileiro são os ataques contra os direitos da classe trabalhadora e contra as entidades sindicais. São ataques que visam destruir o meio sindical que é o legítimo representante e escudo de proteção do trabalhador para conseguirem destruir direitos conquistados com muita luta. Mas é preciso também se engajar na luta pela geração de mais emprego, pela igualdade, no combate às opressões e na defesa de uma educação libertadora e crítica.

Com o golpe de 2016, quando a presidenta Dilma Rousseff (PT) foi destituída, o Nordeste foi uma das regiões que mais sofreu os impactos. Com os ataques aos direitos trabalhistas e mudanças do mundo do trabalho, é preciso uma nova estratégia, é preciso se reorganizar e fortalecer o movimento sindical. A nossa principal bandeira é se reinventar para enfrentar esta conjuntura e pensar estratégias de organização do cenário que está à nossa frente. Esse é o grande desafio.

Temos ainda que defender a Amazônia para o bem do clima e também em defesa da soberania e das próximas gerações. Além de se discutir sobre a criminalização da juventude, negra, periférica e do campo.

Ao final do Congresso, o metalúrgico do ABC, Sérgio Nobre foi eleito presidente nacional da CUT, com o até então presidente da Central, Vagner Freitas, assumindo a vice-presidência.

Será um período duro em consequência dos ataques aos direitos que a classe trabalhadora vem sofrendo desde o golpe de 2016, e mais fortemente nos últimos dez meses de governo de Bolsonaro. O Congresso foi realizado numa conjuntura adversa, difícil, que requer de todas as forças políticas a mais ampla unidade para enfrentar o fascismo neste país. Essa é uma tarefa que temos, de dialogar e de aglutinar o povo para tentar mudar a realidade deste país.



*Carlos Eduardo,
presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará*



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 5.000 exemplares

LUCRATIVIDADE**BANCOS LUCRAM R\$ 109 BILHÕES EM 12 MESES, MAIOR VALOR EM 25 ANOS**

Os bancos lucraram R\$ 109 bilhões entre julho de 2018 e junho de 2019, informou dia 10/10 o diretor de Fiscalização do BC (Banco Central), Paulo Souza, durante a apresentação do Relatório de Estabilidade Financeira. Esse é o maior lucro nominal (sem considerar a inflação) em 25 anos, desde o lançamento do Plano Real, em 1994. Os dados mostram que o resultado é 18,4% superior ao lucro de R\$ 92 bilhões registrado entre julho de 2017 e junho de 2018.

Além disso, apesar da fraqueza da economia brasileira, os bancos que operam no País registraram nos 12 meses encerrados em junho deste ano um Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 15,8%. Este percentual é o maior para o acumulado em 12 meses desde março de 2012, quando o ROE estava em 15,9%. O ROE é um dos principais indicadores de rentabilidade de uma empresa. Na prática, ele aponta a capacidade de geração de valor da ins-

“Enquanto os bancos lucram cifras absurdas, não param de aparecer planos de demissões voluntárias, os bancos públicos estão sendo sucateados e cada vez mais existem menos funcionários nas agências para atender a população, resultando em sobrecarga de trabalho e precarizando o atendimento. É preciso cobrar mais responsabilidade social dos bancos”

José Eduardo Marinho, diretor do Sindicato e funcionário do Banco do Brasil



tituição, considerando seu patrimônio.

O retorno dos bancos brasileiros é superior ao de boa parte do verificado em outros países. Os dados mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam que o ROE brasileiro é superior ao de países como Turquia (14,2%), China (13,2%), Austrália (12,9%), Rússia (11,1%), Reino Unido (7,5%), Japão (7,3%) e França (6,5%). Entre os países com ROE superior

ao brasileiro no setor bancário estão Argentina (55,8%), México (20,9%), Canadá (19,8%) e Indonésia (16,4%). Todos os percentuais são de 2019.

O diretor de Fiscalização do Banco Central, Paulo Souza, destacou, durante a apresentação dos números, que desde o auge da recessão em 2016, o lucro líquido dos bancos saltou de R\$ 67 bilhões para R\$ 109,5 bilhões agora.

PARCERIA: CRECHE ESCOLA MUNDO DA FANTASIA É NOVA CONVENIADA AO SINDICATO

O Sindicato dos Bancários do Ceará firmou convênio com a Creche Escola Mundo da Fantasia, oferecendo aos nossos sindicalizados descontos especiais.

A Creche Escola Mundo da Fantasia concederá aos associados do Sindicato desconto de 15% em todas as outras mensalidades escolares do ano de 2020 e 15% de desconto nas mensalidades das escolinhas de esporte (Futebol – Ballet / Jazz – Natação), desde que seja comprovada a filiação à entidade.

A Creche Escola oferece berçário a partir dos quatro meses, educação infantil e ensino fundamental.

MAIS INFORMAÇÕES:

- Sede Aldeota – 85 3253 0044
- Sede Dunas – 85 3262 0144
- Instagram - @escolamundodafantasia
- www.cemundodafantasia.com.br

O NOSSO MUNDO CHEGOU NA SUA EMPRESA!
Descontos especiais para associados.
Berçário (a partir de 4 meses)
Educação Infantil
Ensino Fundamental

CEMUNDODAFANTASIA.COM.BR

CEMF ALDEOTA (85) 3253.0044
CEMF DUNAS (85) 3262.0144

RECEPÇÃO**SINDICATO E APCEF REALIZAM INTEGRAÇÃO
COM NOVOS EMPREGADOS DA CAIXA**

O Sindicato dos Bancários do Ceará realizou, em parceria com a Apcef/CE, uma recepção para dar as boas-vindas aos novos empregados recém-empossados pela Caixa no Ceará. O evento aconteceu no Clube da Caixa, no último dia 5/10 com o objetivo também de apresentar aos novos bancários as suas entidades representativas.

Participaram do encontro os diretores Rochael Almeida (também presidente da Apcef/CE), Túlio Menezes, Eugênio Silva, Alice Cristina e Marlucia Oliveira. Numa roda de conversa, eles falaram sobre a atuação das duas entidades e reforçaram o papel do Sindicato no apoio e na defesa dos direitos dos trabalhadores, além da constante luta por melhores condições e trabalho e de vida para todos.

Na ocasião, além de um café da manhã, os novos bancários puderam usufruir de um dia de lazer com a família no Clube, com direito a massoterapia e distribuição de brindes. O evento contou com a parceria do Apcef Saúde e Unimed Fortaleza.



Fotos: Apcef/CE

**EMPREGADOS BUSCAM AFASTAR A GDP DA PROMOÇÃO POR MERECEIMENTO**

A Comissão Paritária composta por representantes da Caixa Econômica Federal e dos empregados se reunirá em Brasília nesta semana com o objetivo de definir os critérios da Promoção por Mérito ano-base 2019. A discussão não avançou nas últimas reuniões, pois a representação da Caixa Econômica Federal, que havia apresentado a proposta de aplicar o resultado da Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP) para definir os empregados que receberiam os deltas, rejeitou a contraproposta apresentada pela representação dos empregados, que previa a aplicação de critérios objetivos para o acesso aos deltas.

Caso a proposta da Caixa fosse aplicada, em alguns segmentos cerca de 30% dos empregados ficariam sem delta. Cada delta representa aproximadamente 2,34% de aumento no salário-padrão.

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS –

A Promoção por Merecimento, forma de progressão no Plano de Cargos e Salários (PCS) – junto com a Promoção por Antiguidade, que é aplicada no aniversário de dois anos do contrato de trabalho – deixou de ser aplicada em 1996. Após 1998, a situação agravou-se, pois os empregados admitidos a partir desta data foram enquadrados em um novo PCS que, na carreira administrativa, possuía apenas 15 referências, com um piso e um teto que, atualizados pelos índices de reajuste alcançados nas campanhas salariais, são de R\$ 2.949 e R\$ 3.788 respectivamente (valores atuais). Em 2008, os empregados conquistaram a unificação dos PCS de quem foi admitido antes e depois de 1998, ampliando o teto e restabelecendo as promoções por merecimento. O novo PCS, atualmente em vigência, conta com 48 referências, sendo a inicial (201) R\$ 2.955 e a última (248) R\$ 8.633, dife-

rença de R\$ 5.678 entre a referência final e a inicial. Considerando a concessão de um delta merecimento a cada ano e o delta por antiguidade a cada dois anos, o empregado pode alcançar o topo do novo PCS após 32 anos trabalhados na Caixa.

GDP – A GDP foi anunciada pela Caixa em 2013 e começou a ser implementada em 2014, iniciando com as chefias de unidade. À época, a direção da Caixa dizia que a GDP serviria para buscar o desenvolvimento dos empregados e reconhecer o resultado em ações de reconhecimento, como as ligadas ao PRV, e que ela não seria utilizada em outros processos. O que ocorre hoje é o oposto: a GDP é usada, por exemplo, como justificativa para o descomissionamento, como critério para processos seletivos, para o Bônus Caixa e para o desempate da concessão de bolsas de incentivo à escolaridade.

CASSI**BANCO DO BRASIL SE RECUSA A
DISCUTIR PROPOSTA DOS ASSOCIADOS**

O Banco do Brasil respondeu, dia 10/10, ao ofício enviado pela Contraf-CUT, o "Manifesto – proposta" de solução para a Caixa de Assistência dos Funcionários (Cassi), elaborado por um grupo de 26 pessoas que participaram do Encontro Nacional de Saúde dos Funcionários, ocorrido no dia 28/9. O banco se recusou a discutir sobre a proposta.

Em sua resposta, o banco disse que "resta prejudicada a análise da proposta" devido ao "exíguo tempo que dispomos para encaminhar uma solução definitiva para a Cassi, em função do procedimento de Direção Fiscal em andamento por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o Banco do Brasil só tem como analisar propostas que atendam às premissas e limites amplamente discutidos com as entidades representativas dos funcionários e aposentados ao longo deste ano de 2019".

"O banco já havia informado que não aceitaria propostas que impliquem em alterações dos pontos já debatidos com as entidades de representação dos trabalhadores. Mas, daí a sequer aceitar a analisá-la é outra coisa", disse o coordenador da Comissão de Empresa dos



"É uma tarefa árdua. Principalmente porque o banco se mostra inflexível com relação às premissas já estabelecidas na proposta anterior. Não nos resta muito tempo, mas precisamos abrir o diálogo para superarmos as barreiras e encontrarmos a solução"
José Valdir Maciel, diretor do Sindicato e membro do Conselho de Usuários da Cassi

Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga.

A Contraf-CUT encaminhará a resposta do banco ao grupo que elaborou a proposta. Na última reunião do Conselho Deliberativo, os conselheiros, por unanimidade, definiram que a Diretoria Executiva e o corpo técnico da Cassi contribuam para que as entidades de representação dos funcionários construam uma solução para a situação da entidade. Em virtude do curto prazo para que se encontre a solução, as entidades de representação dos funcionários e a diretoria executiva da Cassi mantiveram

reuniões anteriormente definidas, mesmo durante a análise da proposta criada pelo grupo de 26 funcionários.

A proposta do documento, tornado público pelos seus signatários, previa o aumento das contribuições dos associados da ativa e aposentados para 5,6% dos salários ou benefícios de aposentadoria. Propõe também o aumento das contribuições do patrocinador, o Banco do Brasil, dos atuais 4,5% para 8,4% dos salários do pessoal da ativa, mantendo os 4,5% sobre os benefícios previdenciários, acrescido de 3,9% a título de taxa de administração.

Breves**Banco Mundial recomenda que Brasil limite salário de servidor**

O Banco Mundial recomendou ao Brasil que promova uma reforma administrativa para levar os gastos com pessoal a um patamar sustentável. Estudo apresentado dia 9/10 sugere a aplicação de ações como redução de rendimentos iniciais dos servidores, aproximação dos salários aos praticados pelo setor privado e aplicação efetiva de avaliação de desempenho para progressão de carreira. Se colocadas em prática, as medidas indicadas poderiam gerar uma economia acumulada de R\$ 389 bilhões até 2030. O governo Bolsonaro finaliza um pacote de propostas de reforma administrativa. A maior parte das sugestões feitas pelo Banco Mundial estão em estudo pela equipe econômica e devem compor as medidas do governo. Ou seja, deve vir por aí mais um pacote de maldade para os servidores públicos.

Deputado propõe fim da Justiça do Trabalho

A extinção da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho é o objetivo de uma Proposta de Emenda à Constituição organizada por Paulo Eduardo Martins (PSC-PR). O deputado federal está colhendo assinaturas para que o projeto seja analisado pelo Congresso Nacional. Ele sugere que juízes, procuradores e demais servidores, bem como as competências de ambas as instituições, sejam incorporados à Justiça Federal e ao Ministério Público Federal. Com exceção do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, que seriam extintos e os ministros e desembargadores, aposentados. A tramitação da medida seria longa, mas era uma das bandeiras empunhadas por Bolsonaro, ecoando desde a campanha eleitoral. De acordo com Ângelo Fabiano da Costa, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), o "projeto é esdrúxulo" do ponto de vista constitucional.

ALERTA

NUNCA COMPARTILHE SUA SENHA COM NINGUÉM!



Passamos tanto tempo com os colegas de trabalho que é natural nos tornarmos próximos e confiar em quem está ao nosso lado todos os dias. Com isso, acaba tornando-se comum o compartilhamento de senhas entre os profissionais em alguns momentos, como quando algum profissional não está na empresa e precisa de informações ou arquivos que estão em seu computador.

Entretanto, uma senha em mãos erradas pode prejudicar o dono do acesso, caso um colaborador plante informações falsas, compartilhe seus arquivos confidenciais ou realize uma operação considerada ilegal ou que vá de encontro aos normativos internos de uma determinada empresa. Com isso, informações sigilosas podem vazar, comprometendo a segurança da informação, o sigilo e a ética da instituição. Dependendo do cargo do profissional que disponibilizou a senha, uma ação como essa pode causar prejuízos financeiros altíssimos para a empresa e resultar em demissão por justa causa.

No caso dos bancos, há ainda a questão do sigilo bancário, que no Brasil é regulamentado pela lei complementar 105/2001 e que determina que os bancos têm o dever de manter resguardados os dados de seus clientes e a eventual quebra desse sigilo só pode ocorrer mediante autorização judicial. Caso contrário, a quebra de sigilo é crime passível de pena de 1 a 4 anos de prisão para o infrator.

EMPRÉSTIMO DE SENHAS – Utilizar

senha profissional de sua máquina de trabalho, computador, notebook e outros com o intuito de pesquisas ou determinadas autorizações pessoais em nome de terceiros pode gerar demissão por justa causa e outras consequências. O funcionário flagrado fazendo uso de senha de terceiro, além de ser demitido pode ainda responder judicialmente e até criminalmente por essa ação, já que o empréstimo de senha é crime previsto no inciso I, do § 1º, do artigo 325 do Código Penal (violação de sigilo funcional).

Nesse caso, fica o alerta: siga rigorosamente os normativos internos da instituição financeira na qual você trabalha, para evitar qualquer desconforto ou mesmo se prejudicar. Sabemos que a sobrecarga de trabalho existe, que muitas vezes há urgência em resolver determinado problema, mas mantenha-se sempre seguindo as orientações da agência, para não sofrer consequências piores.

Diante disso, o Sindicato dos Bancários orienta: jamais empreste sua senha, seja para um familiar, um colega de trabalho, um chefe, uma secretária ou um estagiário, pois isso pode lhe colocar como instrumento de uma eventual ação irregular. E em hipótese alguma utilize a senha emprestada de outra pessoa.

E caso o bancário seja induzido, ou mesmo obrigado, a utilizar a senha de outra pessoa ou ceder a sua, deve procurar o Sindicato imediatamente.

CONVÊNIO: PARCERIA COM O HOTEL TULIP INN OFERECE 10% DE DESCONTO PARA ASSOCIADOS

O Sindicato dos Bancários do Ceará e o Hotel Tulip Inn Saint Martin firmaram uma nova parceria garantindo desconto especial para bancários sindicalizados.

O Hotel Tulip Inn Saint Martin está localizado a uma quadra da Praia de Meireles, próximo a Feirinha de artesanato, a poucos quilômetros do Centro Cultural Dragão do Mar e a 10 minutos do Mercado Central e do Centro de Eventos. O hotel tem ainda rápido acesso às praias e áreas comerciais, sendo uma excelente opção para quem viaja a lazer ou a negócios.

O Hotel Tulip Inn Saint Martin disponibiliza aos bancários associados e seus familiares desconto de 10% sobre a tarifa BAR vigente em serviços de hospedagens, além de formas de pagamento facilitadas.

MAIS INFORMAÇÕES

Avenida Abolição, 3340 - Meireles

Fone: (85) 3533 6100

Reservas: 0800 020 1624

www.saintmartinhotel.com.br/



OUTUBRO ROSA**SINDICATO DOS BANCÁRIOS REALIZA
CIRCUITO DO BEM ESTAR NO PRÓXIMO DIA 26/10**

O Sindicato dos Bancários do Ceará realiza, em parceria com a Unimed Fortaleza, o Circuito do Bem Estar, como parte da programação do Outubro Rosa. O evento acontece dia 26/10 (sábado), a partir das 8h, na sede do Sindicato (Rua 24 de Maio, 1289 - Centro).

Durante o evento teremos café da manhã, acupuntura, massagens, musicoterapia, medição de glicemia e pressão arterial, além de palestras com a psicóloga Maria Camila Moura, autora do livro *Da Lama Nasce o Lótus*, que vai falar sobre a importância da questão emocional na prevenção e superação do câncer de mama e a médica da Cassi, Liana Benevides Guedes, que vai dar orientações para prevenção do câncer de mama.

Além da programação na sede do Sindicato, convidamos também a todas e todos para participar da Ala das Bancárias na tradicional Caminhada Rosa, que acontece no dia 27/10 (domingo), às 16h, saindo do Aterrinho da Praia de Iracema, seguindo até o Hotel Sonata, na Av. Beira Mar.

Convite**Outubro
Rosa****Ame-se.
Cuide-se.
Previna-se!****Circuito do Bem Estar Outubro Rosa**

O Sindicato realiza, em parceria com a Unimed Fortaleza, o **Circuito do Bem Estar**, dia 26/10 (sábado), como parte da programação do Outubro Rosa. A partir das 8h, na sede do Sindicato (Rua 24 de Maio, 1289 - Centro).

Teremos:

- café da manhã;
- massagem;
- medição de glicemia
- acupuntura;
- musicoterapia;
- palestras etc.

Contamos com sua participação!**REFORMA TRIBUTÁRIA PROPOSTA PELA OPOSIÇÃO PRETENDE
QUE RICOS PAGUEM MAIS IMPOSTOS**

Partidos de oposição apresentaram, dia 8/10, na Câmara dos Deputados, uma proposta chamada de “reforma tributária justa, solidária e sustentável”. Colocada como contraponto à medida que tramita atualmente na Casa, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 5/2019, o texto é assinado pelas siglas PT, PDT, PSB, Psol, PCdoB e Rede e foi redigido pelo corpo técnico das bancadas do grupo.

A medida propõe, como um dos destaques, que sejam cobrados mais impostos das classes mais altas e menos das camadas populares. Isso se daria a partir da inclusão de um princípio constitucional que preveja a não regressividade da tributação, considerada por especialistas como o principal gargalo do

atual sistema brasileiro. O argumento é que o atual sistema contribui para a elevada concentração de renda no segmento do 1% mais rico da população. Como comparativo, eles citam a média de tributos sobre patrimônio e renda nos países da OCDE, que é de 39,6%, enquanto, no Brasil, o índice é de 22,7%.

Por conta disso, o texto paralelo pede uma nova tabela para o Imposto de Renda (IR), que deverá ser formulada após a eventual aprovação da medida por meio de uma legislação própria e com ampliação da cobrança para lucros e dividendos de pessoas jurídicas, com exceção de microempresas. Também prevê, por exemplo, alíquota de 0,5% de imposto sobre grandes fortunas (IGF) e taxa de bens de luxo, heranças, patrimônio, entre outros.

A proposta sugere ainda isenção fiscal para produtos e serviços como alimentos da cesta básica, medicamentos considerados essenciais, transporte público urbano coletivo, saneamento básico e os diferentes níveis de ensino. O texto propõe também a alteração nas normas atuais para aplicação do Imposto Territorial Rural (ITR) para que haja progressividade em relação ao tamanho e ao nível de utilização da área e outras medidas semelhantes.

Do ponto de vista técnico-legislativo, a proposta dos seis partidos passa a tramitar como uma emenda substitutiva global à PEC 45 porque propõe alteração em diferentes trechos do texto, que está sob análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**AÇÃO DA PLR 2012 AGUARDA
DECISÃO DA JUÍZA SOBRE CÁLCULOS**

Está nas mãos da juíza titular da 4ª Vara da Justiça do Trabalho de Fortaleza, a decisão final sobre os critérios de cálculos da ação promovida pelo Sindicato dos Bancários do Ceará cobrando do Banco do Nordeste do Brasil o pagamento a seus funcionários da diferença da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) relativa ao exercício de 2012.

Duas questões principais estão pendentes de orientação judicial para que o processo continue com a aferição pela contadoria da Vara dos cálculos apresentados pelas partes litigantes. Uma refere-se à aceitação ou não pela juíza de um teto no valor da PLR defendido pelo Banco e contestado pelo Sindicato. A outra diz respeito ao índice de atualização das diferenças que o Sindicato postula que seja o IPCA-E enquanto o réu utilizou a TR nos seus cálculos.

Essas questões provocam uma diferença muito significativa entre os cálculos apresentados pelas partes chegando os valores calculados pelo Sindicato dos Bancários do Ceará a cerca de quatro vezes mais os cálculos feitos pelo BNB.

O Sindicato comunica que está atento e diligenciando junto à 4ª Vara no sentido de que uma definição favorável a cerca dessas duas pendências possa vir a ser adotada pela Justiça, assegurando-se, dessa forma, o direito integral dos trabalhadores.

“A ação da PLR 2012 também foi ajuizada pelo Sindicato dos Bancários do Piauí e tal como a nossa tramita em fase de liquidação. O Banco propôs àquele Sindicato irmão um acordo no qual liquidaria o processo pagando apenas 50% do total calculado pelo Sindicato. A proposta foi firmemente rejeitada em assembleia. Que isso sirva de exemplo para os nossos companheiros benebeans do Ceará pois o Sindicato irá sempre defender o direito integral dos trabalhadores e trabalhadoras aos quais representa”

Tomaz de Aquino, diretor do SEEB/CE e coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB)

**Abono salarial**

O plenário do Senado impôs uma derrota ao governo na votação da reforma da Previdência e derrubou o artigo que criava regras mais rígidas para recebimento do abono salarial.

O Senado decidiu manter o critério atual: pode receber o benefício quem recebe até dois salários mínimos. A versão da reforma aprovada pela Câmara previa um limite de renda de um salário. Senadores também cobram a liberação de emendas parlamentares, como aconteceu na Câmara, quando o governo enviou um projeto para mexer no Orçamento e permitir que quase R\$ 2 bilhões sejam usados como emendas. Uma ala do Senado quer o mesmo tratamento.

A Lava Jato e os bancos

Investigações da Lava Jato apontam que contas abertas nos cinco maiores bancos do país foram usadas para lavagem de dinheiro. De acordo com apurações, recursos usados para pagamento de propina passaram por Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, Caixa e Santander. Ao todo, as contas abertas em nome de empresas de fachada operadas por doleiros investigados na Lava Jato teriam movimentado cerca de R\$ 1,3 bilhão. A cooptação de funcionários dos bancos e falhas em sistemas de controle de operações suspeitas teriam viabilizado a utilização do sistema financeiro nacional para transações ilegais. Por causa dessas falhas, investigadores da Lava Jato agora apuram se os grandes bancos citados em fases da operação também são responsáveis pelos crimes cometidos.

Informalidade recorde

Sem cumprir a promessa de gerar mais empregos, a reforma trabalhista, em vigor no Brasil desde novembro de 2017, trouxe outros resultados para o país. O mais nefasto deles é o aumento da informalidade, que bateu recorde e atingiu 38,8 milhões de trabalhadores no trimestre encerrado em agosto, segundo informou o IBGE. Este é o maior número já registrado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) desde que o indicador passou a ser medido, em 2016. O Brasil está substituindo trabalhos formais, com carteira assinada, por informais, na grande maioria das vezes precarizado. Ao todo, 12,6 milhões de pessoas estão procurando emprego no país.